

Governo muda política de abastecimento

O governo deverá anunciar ainda este mês uma nova política de abastecimento para o país, destinada a impedir um efeito perverso das altas taxas de inflação sobre a classe trabalhadora. Os estudos estão sendo feitos no Ministério da Fazenda, segundo informações dadas ontem no Palácio do Planalto, por determinação do presidente José Sarney.

O presidente está particularmente preocupado com o impacto dos preços dos gêneros alimentícios no processo de realinhamento dos preços e tarifas em geral. Este impacto, segundo entende o presidente da República, deve ser minimizado ao máximo, para que se não venha a deflagrar no país um efeito perverso do realinhamento, que seria o aumento da desnutrição, pela absoluta falta de poder aquisitivo dos trabalhadores.

O realinhamento de preços — segundo se informa no Palácio do Planalto — ainda não está concluído. E ainda serão necessários alguns aumentos de preços para setores de grande importância e para algumas tarifas públicas, incluindo-se aí energia elétrica, correios e telecomunicações. Os preços de aço e de derivados de petróleo também ainda terão de sofrer alguns reajustes até que o governo considere concluído o processo de realinhamento.

Mas, durante o período de conclusão deste processo, há que se adotar uma política especial para a área de abastecimento, de modo a minimizar o impacto dos preços dos produtos básicos de consumo da população.

Ainda durante este período em que durar o processo de realinhamento de preços, o governo não pensa em promover alterações na política salarial. Tais mudanças somente poderão ocorrer numa fase seguinte ao do realinhamento.

Concluído o realinhamento, o governo espera que o mercado se torne mais competitivo, inclusive porque os níveis de consumo terão se reduzido substancialmente em vista das perdas de poder aquisitivo da população. Esta perda de poder aquisitivo é provocada principalmente pela defasagem existente entre o disparo do «gatilho salarial» e a inflação decorrida.

Durante o período em que prosseguir o realinhamento de preços, o governo espera ter tempo suficiente para finalizar uma negociação da dívida externa e para adotar algumas medidas de redução do déficit público, contando, neste último ponto, com um compromisso dos governos estaduais e municipais. Com um ajuste de custos e maior competitividade entre as empresas, a solução da dívida externa e um saneamento da dívida interna, o governo espera ter criado as condições ideais para estabilizar a inflação. A economia estará, então, pronta para sofrer um segundo choque heterodoxo, segundo se afirma no Palácio do Planalto.